

No fim do ano, vitórias do MDT, da Frente Parlamentar e da CNT

A mobilização do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT) e de seu braço no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar do Transporte Público, bem como da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), garantiu que 2003 fosse fechado com duas importantes vitórias na luta pelo barateamento das tarifas e obtenção de recursos permanentes para o setor.

Em 18 de dezembro de 2003, o governo concordou em modificar dispositivos da Medida Provisória Nº 1135, de 30 de outubro de 2003, deixando o transporte público rodoviário, metro-ferroviário e hidroviário de fora da elevação da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de 3% para 7,6%, o que tornariam mais caras as tarifas do transporte público urbano em todo o País, agravando a exclusão social no setor.

A nova alíquota representaria aumento de 2% nos custos para o setor de ônibus, podendo chegar a 3% no caso dos sistemas metro-ferroviários. Desde a edição da medida provisória, a Frente Parlamentar do Transporte Público apresentou 12 emendas contra o aumento da alíquota para os transportes públicos.

Também permaneceram com a mesma alíquota segmentos dos setores de saúde e educação, micro e pequenas empresas de desenvolvimento de software, que faturam até R\$ 1,2 milhão por ano, o comércio de álcool hidratado e as operações de proteção contra a desvalorização do real (*hedge cambial*).

Reunidos em São Paulo, integrantes do Secretariado do MDT assinalaram que um dos aspectos mais importantes dessa vitória está no fato de o governo ter reconhecido que, sobretudo para os extratos mais pobres da população, o transporte público é um serviço essencial, como a saúde e a educação.

CIDE/Combustíveis. Em 19 de novembro, o Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 2925, ajuizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), confirmando que a receita da CIDE/Combustíveis somente poderá ser utilizada nas três finalidades previstas no artigo 177, § 4º, II da Constituição Federal.

Com essa decisão, a totalidade da receita da CIDE/Combustíveis somente poderá ter três destinos: o financiamento da infra-estrutura de transportes, projetos ambientais relacionados à indústria do petróleo e do gás e subsídio de combustíveis e gás. O valor sem destinação específica, discriminada na Lei Orçamentária Nº 10.640 de 2003, estimado em 40% da arrecadação e alocado na reserva de contingência, não poderá ser desviado, seja por decreto ou lei, para outras finalidades.

ANTP participa de articulação entre governo federal e municípios sobre inclusão social e transporte público

A ANTP integra um grupo de trabalho criado no âmbito do Comitê de Articulação Federativa e que terá até março de 2004 para estabelecer um conjunto de propostas de medidas referentes a questões tributárias, de energia, de otimização tarifária e, também, controle e gestão dos serviços, a serem pactuadas entre o governo federal e municípios, com vistas a reduzir as tarifas e melhorar a qualidade do transporte público urbano.

O Comitê de Articulação Federativa é um organismo formalizado em abril de 2003 por meio de um Protocolo de Cooperação Federativa, assinado pelo governo federal e por entidades nacionais representativas de municípios, que organizaram em março de 2003 a *VI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

Primeira reunião. Na primeira reunião do grupo de trabalho, em 4 de dezembro de 2003, em Brasília, o representante da ANTP e do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT) foi o diretor-executivo da ANTP, Nazareno Affonso. O Fórum Nacional de Secretários de Transporte Urbano e Trânsito esteve representado por seu presidente, Ricardo Mendanha, e pelos secretários do setor em Aracaju, João Bosco Mendonça, e em Salvador, Ivan Carlos Alves Barbosa; e a Frente Parlamentar do Transporte Público participou com seu coordenador, o deputado federal Jackson Barreto.

A representação da União incluía Vicente

Trevas, da Casa Civil; Luís Carlos Bertotto e Antônio Maurício Ferreira Netto, ambos do Ministério das Cidades, além de representantes dos ministérios da Fazenda e do Trabalho.

Documento. Para situar a questão, o Fórum Nacional apresentou o documento *Transporte Público e Inclusão Social nas Cidades Brasileiras*, com pontos de discussão e reivindicações concretas, já antes sistematizadas pelo MDT: criação de quotas de diesel para o transporte público urbano com redução de 50% no custo, manutenção das alíquotas para PIS e Cofins, isenção de IPI para compra de equipamentos de transporte público, garantia da tributação salarial sobre faturamento, e não sobre a folha, dotação orçamentária para cobrir gratuidades, tarifa elétrica específica para o transporte público, orientação para que Estados isentem de ICMS veículos e equipamentos para transporte público, e aplicação de recurso da CIDE/Combustíveis em transporte público. Conforme o documento, uma vez adotadas, essas medidas trariam redução imediata de 25% nas tarifas.

Os representantes da Casa Civil e do Ministério das Cidades ponderaram na reunião que, ao lado das eventuais medidas na esfera federal, dentro da idéia de pacto federativo, seria preciso estabelecer contrapartidas dos municípios, como isenção de impostos, controle de demandas, fiscalização dos clandestinos, participação em programas do governo federal, entre outras.

Subgrupos cuidam das propostas

Ficou decidido que a tipificação dos problemas e as propostas de soluções seriam reunidas de acordo com quatro subgrupos, encarregado de *Questões Tributárias*, tem como relatores representantes da Casa Civil e cuidará desde as questões imediatas, como Confins, alterações de ICMS e ISS, a CIDE/Combustíveis, entre outras.

O subgrupo *Matriz Energética*, cuja relatoria foi entregue a Nazareno Affonso, da ANTP e do MDT, e a Antonio Maurício Ferreira Netto, do Ministério das Cidades, focaliza temas que incluem a redução do custo do diesel e da tarifa elétrica para trens e metrô, propostas concernentes à política industrial e tecnológica e à questão

ambiental, com adoção de alternativas energéticas menos poluidoras, como gás natural e biodiesel.

Otimização Tarifária é o tema do terceiro subgrupo, que tem como relator Ricardo Mendanha Ladeira. Sua tarefa é arrematar propostas e soluções quanto à revisão do modelo tarifário, que hoje impõe custos apenas ao usuário pagante; a questão das gratuidades e o aprimoramento do vale-transporte.

Tendo como relatores Ivan Barbosa e João Bosco Mendonça, o quarto sub-grupo, *Controle e Gestão*, trata das medidas a serem cumpridas pelos municípios com vistas a melhorar o desempenho dos sistemas, com ampliação de qualidade e redução de custos.